



MUNICÍPIO DE CUBA

ATA Nº 1

02-11-2017

(Reunião Extraordinária)

Aos dois dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a primeira reunião extraordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 – DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DE ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – FRANCISCO EDUARDO BEIÇUDO GALINHA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

"João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designa como Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência - Francisco Eduardo Beiçudo Galinha, portador do CC n.º 11624841. -----

Mais torna público, no que concerne à designação, funções, regime de exclusividade, incompatibilidades, impedimentos, deveres e garantias, é aplicável ao membro agora

designado, com as devidas adaptações, o disposto no decreto-lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro. -----

Por último, determino que, o membro agora designado, inicie funções a partir de 21 de outubro de 2017." -----

A Vereadora Jacinta Grilo perguntou ao Presidente da Câmara se o adjunto irá assumir algumas funções. -----

O Presidente da Câmara respondeu que essas funções e o trabalho a realizar serão articuladas consigo uma vez que fazem parte do seu gabinete. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DO CHEFE DE GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – JOSÉ ANTÓNIO ROCHA CABRITA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

"João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designa como Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência - José António Rocha Cabrita, portador do CC n.º 12219490 OZZ3. -----

Mais torna público, no que concerne à designação, funções, regime de exclusividade, incompatibilidades, impedimentos, deveres e garantias, é aplicável ao membro agora designado, com as devidas adaptações, o disposto no decreto-lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro. -----

Por último, determino que, o membro agora designado, inicie funções a partir de 21 de outubro de 2017." -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 93/2017, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 18/01/2017, foram constituídos diversos fundos de maneiio, destinados a dar imediata satisfação ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, que não se compadecem com os formalismos legais inerentes à autorização de despesas. -----

Entre esses fundos constava o da Srª Vereadora Drª Sandra Brás. -----

Acontece que, por efeito das eleições autárquicas realizadas no passado dia 01/10/2017 e

H. J.
[Assinatura]
Noel
[Assinatura]
[Assinatura]

com a consequente tomada de posse dos novos membros dos órgãos autárquicos, a referida Vereadora cessou as suas funções. -----

Tomou, então, posse a Sr.^a Vereadora Dr.^a Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Assim sendo, e atendendo aos pelouros que lhe foram atribuídos por despacho do Sr. Presidente da Câmara, torna-se necessária a constituição de um fundo de maneo para a Sr.^a Vereadora. -----

Nesta conformidade, propõe-se que, ao abrigo do disposto no nº 2.3.4.3 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22/02, na sua redação atual, seja constituído o seguinte fundo de maneo, a que correspondem as dotações orçamentais descritas: -----

Vereadora Dr.^a Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos: -----

Total do fundo: € 200,00. -----

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes: -----

Combustíveis – Gasolina - 01 02/02 01 02 01: € 50,00 -----

Deslocações e estadas - 01 02/02 02 13: € 50,00 -----

Outros Bens - 01 02/02 01 21: € 50,00 -----

Transportes - 01 02/02 02 10: 50,00 -----

Pelo exposto, deve V. Ex.^a, Sr. Vice-Presidente, em substituição do Sr. Presidente, conforme dispõe o nº 3 do art.º 57º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11/01, ao abrigo da competência que é conferida pela alínea o) do art.º 35º (*"Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões"*), remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo na sua próxima reunião. A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a constituição do fundo de maneo ao abrigo do disposto no nº 2.3.4.3 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22/02, na sua redação actual. -----

4. SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1.º DE DEZEMBRO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que autorizou a emissão de uma licença especial de ruído, requerida pela Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, para realização de um baile na Sede da Coletividade, em Cuba, entre as 22,00 horas do dia 21 e as 2,00 horas do dia 22 de outubro de 2017. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por*

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

5. JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, a emissão de licença especial de ruído, para a realização da III Edição da “Feira da Caça, Pesca e Mundo Rural”, que terá lugar nos dias 3, 4 e 5 de novembro, no Largo Francisco António Baleizão, naquela freguesia, no horário compreendido entre as 20.00 e as 04.00 horas, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 178/2017, da Subunidade Administrativa, e de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, delibera *conceder a licença especial de ruído, entre as 20,00h e as 04,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a sua prevenção e redução.* -----

Mais delibera a Câmara isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do nº 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 50,03, o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Delibera, ainda, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

6. SECÇÃO DE KARATÉ DO SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL DE CUBA, A TÍTULO GRATUITO. -----

Solicita a Secção de Karaté do Sporting Clube de Cuba, a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal, a título gratuito, no dia 4 de novembro de 2017, entre as 9,00h e as 17,00h para a realização de um estágio nacional de Karaté. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 35/2017, da Subunidade de Ação Desportiva, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão Multiusos devendo ser reajustados os horários coincidentes com as aulas do Clube de Patinagem de Cuba. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Nº 3', 'Júlio', and 'Ror'.

b) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 55,68 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

7. ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL). RASTREIO AUDITIVO GRATUITO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – FEIRA DA SAÚDE. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido de ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL), para ocupação de via pública para a realização de um rastreio gratuito ao Colesterol, Glicémia, Tensão Arterial e Auditivo, Junto da Biblioteca Municipal, em Cuba, das 09h00 às 18h00, do próximo dia 14 de novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 175/2017, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Autorizar a ocupação de via pública. -----

b) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 115,11 o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

8. MARIA TERESA DAMAS LANÇA ENGUIÇA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA TÚLIO ESPANCA, N.º 1 – CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Maria Teresa Damas Lança Enguiça, titular do contrato de água na morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 210,84, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga pediu para fazer chegar aos vereadores do PS a relação global das dívidas de água para se perceber a dimensão da situação. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que está a ser feito esse levantamento e que brevemente fará chegar a informação aos vereadores. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 174/2017, da Subunidade Administrativa e em face do disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 5 prestações: 4 (quatro) de € 50,00 e outra de € 10,84,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

(acertos) alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. CANDIDATURAS PROGRAMA DE EMPREGO – APOIO À QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADES, NA MEDIDA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +. ----

Foi presente à Câmara a informação n.º 79/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, que se transcreve: -----

“Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba a S.A.S.S. informa que se apresentou uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego – Apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades ao IEPF para a integração de dois trabalhadores. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a junta de Freguesia de Cuba nesta candidatura no âmbito dos Programas de Emprego – Apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades na medida contrato emprego-inserção+, nos termos do Decreto-Lei n.º 290/2009, 12 de Outubro, regulamentado pela portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, e republicado pelo decreto-lei 131/2013 de 11 de Setembro. --
Nestes termos somos a expor os custos de uma candidatura na medida contrato emprego Inserção+ para deficientes e pessoas com incapacidades, para 2 pessoas: -----

Ano 2017 -----

Bolsa mensal: 421,32 x 10% x 2 pessoas x 5 meses e 14 dias460,62 €

Subsídio de alimentação: 5 meses e 11 dias..... 1.129,76 €

Seguro de Acidentes pessoais:..... 361,20 €

Total : 1.951,58 €

Ano 2018 -----

Bolsa mensal: 421,32 x 10% x 2 pessoas x 3 meses e 16 dias297,72 €

Subsídio de alimentação: 3 meses e 11 dias x 2 pessoas x 152 dias.....725,04 €

Total : 1.022,76 €

Despesa efetiva a cargo da Câmara Municipal nos anos 2017/18 2974,34 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura suportando os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

10. CANDIDATURA EMPREGO INSERÇÃO + / ÁREA – SERVIÇOS GERAIS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 82/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, que se transcreve: -----

"Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, a S.A.S.S. informa que se apresentou uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. Nestes termos somos a expor os custos de uma candidatura na medida contrato emprego Inserção + para uma pessoa. -----

Os custos que a Câmara Municipal suportará no ano 2017 (de 17 de Outubro a 31 de Dezembro/17), são os seguintes: -----

Ano 2017: -----

- Bolsa mensal: 421,32 x 1 pessoa x 2 meses e 14 dias 1.039,20 €
- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 2 meses e 11 dias 243,27 €
- Seguro de acidentes pessoal p/ duas pessoas: 125,00 €

A despesa efetiva é de: 1.407,47€

Comparticipação da Câmara: -----

- Bolsa mensal: 421,32 € x 20 % x 1 pessoa x 2 meses e 14 dias 207,72 €
- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 2 meses e 11 dias 243,27 €
- Seguro de acidentes pessoais p/ duas pessoas: 125,00 €

A despesa a considerar em orçamento é de : 575,99 €

Ano 2018 -----

Os custos que a Câmara Municipal suportará no ano 2018 (de 01 de Janeiro a 16 de Abril/18), são os seguintes: -----

- Bolsa mensal: 421,32 € x 1 pessoa x 3 meses e 16 dias 1.488,60 €
- Subsídio de Refeição: 4,27 € x 1 pessoa x 3 meses e 16 dias 345,33 €

A despesa efetiva é de: 1.833,93 €

Comparticipação da Câmara: -----

- Bolsa mensal: 421,32 € x 20 % x 1 pessoa x 3 meses e 16 dias 297,58 €
- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 3 meses e 16 dias 338,94 €

A despesa a considerar em orçamento é de : 636,52 €

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente mandar a subunidade Financeira, efectuar cabimentação do valor da despesa para o ano 2017 referente ao valor de 575,99 € e para o ano 2018 o valor de 636,52 €. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura suportando os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

11. CANDIDATURA EMPREGO INSERÇÃO / ÁREA – SERVIÇOS GERAIS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 80/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, que se transcreve: -----

Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, a S.A.S.S. informa que se apresentou uma candidatura CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

Nestes termos somos a expor os custos de uma candidatura na medida contrato emprego Inserção, para uma pessoa: -----

Ano 2017. -----

Valores globais: -----

- Bolsa mensal: 84,26 € x 1 pessoa x 5 meses e 24 dias488,71€

- Subsídio de alimentação:577,69 €

- Seguro de Acidentes pessoais:..... 42,98 €

Total :1.109,38 €

Ano 2018. -----

Valores globais: -----

Bolsa mensal: 84,26 € x 1 pessoa x 6 meses e 6 dias606,62 €

Subsídio de alimentação:729,81 €

Total : 1.336,43 €

Despesa efetiva a cargo da Câmara Municipal nos anos 2017/18..... 2.445,81€

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente mandar a subunidade Financeira, efectuar cabimentação do valor da despesa para o ano 2017 referente ao valor de 1.109,38 € e para o ano 2018 o valor de 1.336,43 €. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura suportando os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

12. CANDIDATURAS PROGRAMA DE EMPREGO – CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 85/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, que se transcreve: -----

Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, a **S.A.S.S.** informa que se apresentou uma candidatura CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de dois trabalhadores na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

Nestes termos somos a expor os custos de uma candidatura na medida contrato emprego Inserção para duas pessoas. -----

1.a) Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Ruiva o custo total desta candidatura no ano 2017, é o seguinte: -----

- Bolsa mensal: 84,26 € x 2 pessoa x 2 meses.....337,04 €
- Subsídio de Refeição:400,68 €
- Seguro de Acidentes:.....250,00€

A despesa total é de :..... 987,72 €

b) Contudo esclarece-se que a comparticipação da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, em termos de custos efetivos são os seguintes:

- Bolsa mensal: 84,26 € x 2 pessoa x 2 meses.....337,04 €
- Subsídio de Refeição: 400,68 €
- Seguro de Acidentes:.....250,00€

A despesa total é de :..... 987,72 €

A despesa total a considerar em orçamento é de:..... 987,72 €

2.a) Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Ruiva o custo total desta candidatura no ano 2018, é o seguinte: -----

- Bolsa mensal: 84,26 € x 1 pessoa x 8 meses1.348,16 €
- Subsídio de Refeição: 1.602,72 €

A despesa total é de :..... 2.951,32 €

b) Contudo esclarece-se que a comparticipação da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, em termos de custos efectivos são os seguintes: -----

- Bolsa mensal: 84,26 € x 1 pessoa x 8 meses 1.348,16 €
 - Subsídio de Refeição: 1.602,72 €
 A despesa total é de : 2.951,32 €
 A despesa total é de : 3.939,04 €

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente mandar a subunidade Financeira, efectuar a cabimentação do valor da despesa para o ano 2017 referente ao valor de 987,72€, e para o ano 2018 o valor de 2951,32 €. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga reforçou que estas medidas em tempo algum podem ser utilizadas para preenchimento de necessidades de trabalho permanente mas apenas para apoio e complemento de actividades existentes. Esperamos também que os critérios a utilizar na selecção dos subsidiados e beneficiários de RSI sejam exclusivamente e efectivamente sociais e articulados com os outros parceiros. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que é prática usual deste Executivo ser criterioso na selecção dos candidatos e que essa análise é feita pelo gabinete de acção social, em parceria com as outras instituições e que nós, enquanto executivo não pomos em causa a competência desses critérios elaborados pelos técnicos. Sobre a questão do trabalho permanente tem sido nossa política a contratação a título definitivo de trabalhadores para a autarquia, desde que isso foi permitido no ano de 2017, porque até aqui os municípios estavam impedidos de contratar e só podiam recorrer a estes programas para colmatar as lacunas existentes nos recursos humanos, fruto das políticas implementada pelo PS, em vários anos que esteve no Governo. Isso é bem evidente na diminuição de trabalhadores no município de Cuba nos últimos 10 anos. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga disse em ponto algum põe em causa a competência dos técnicos nessa área e que a impossibilidade das Câmara contratarem pessoal nos últimos anos resultou antes de mais do programa de assistência financeira e não de qualquer política isolada do Partido Socialista. De qualquer maneira a nossa chamada de atenção não pretende de modo algum condicionar a actividade da Câmara. -----

O Presidente da Câmara disse que não foi apenas pela austeridade e as medidas implementadas pela TROIKA que os trabalhadores durante anos viram reduzido o seu vencimento, congeladas as suas progressões nas carreiras ou viram medidas implementadas como a dos supranumerários na função Pública. Tudo isto remonta ao governo do PS. -----

Sobre os critérios de selecção convém realçar que quem elabora os pareceres sociais são

os técnicos e não o Executivo. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que finalmente apenas gostava de referir que, a maioria destas questões estão à margem daquilo que estamos aqui a discutir. O nosso objectivo é construir e não destruir. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que não lhe parece que esteja à margem temas como a contratação apara as autarquias ou candidaturas de contratos emprego que têm como finalidade ajudar as pessoas que é isso que pretendemos. Contratando estaremos a ajudar famílias que têm problemas no concelho que é para isso que fomos eleitos arranjando soluções e a não criando problemas. -----

Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura suportando os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

13. MARIA JOAQUINA HORTA CAEIRO. APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2017, do SASS, que se transcreve: -----

Dirigiu-se ao Serviço de Ação Social e Saúde a senhora Maria Joaquina Horta Caeiro, a comunicar que alterou os seus dados quanto à habitação permanente, houve uma mudança da mesma, a qual deixou de pagar renda mensal. Informei os serviços de contabilidade para cancelarem o apoio cedido em novembro de 60,00 €. -----

Na sequência da informação n.º 78, a requerente necessita do apoio para a renda, no mesmo valor, uma vez que a senhora Maria Joaquina, já não está ser beneficiada pelo mesmo, sendo assim dávamos lugar a uma permuta. -----

Face aos argumentos atrás expostos, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulados com o n.º 1 do art.º 14 do Regulamento Municipal para atribuição de apoios sociais, delibere sobre o assunto. -----

A Câmara, por unanimidade, face à alteração da situação relativamente ao pagamento de renda de habitação, comunicada aos serviços, deliberou cancelar o apoio que até aqui vinha a ser concedido possibilitando essa atribuição a outro munícipe que preencha os requisitos necessários para poder beneficiar deste apoio. -----

14. CATARINA ISABEL FERREIRA COSTA. APOIOS SOCIAIS - INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL. APOIO FINANCEIRO PARA RENDA MENSAL DE HABITAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 78/2017, do SASS, que se transcreve: -----

“Dirigiu-se ao Serviço de Ação Social e saúde a senhora Catarina Isabel Ferreira Costa, a solicitar apoio para o pagamento da renda mensal de habitação. O agregado familiar da senhora Catarina Costa, é composto pela própria, de 21 anos, que se encontra desempregada, e seu companheiro, Tiago Manuel Carrilho Lameira, de 27 anos, desempregado. -----

Neste momento, este agregado não tem qualquer fonte de rendimentos, uma vez que paga de renda mensal de habitação 250,00 €, sendo este apoio imprescindível para o mesmo. -----

Atualmente, a senhora Catarina Costa reside na Rua dos Prazeres, n.º 37 em Cuba. -----

Face aos argumentos atrás expostos, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulados com o n.º 1 do art.º 14 do Regulamento Municipal para atribuição de apoios sociais, delibere sobre o assunto. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou considerar a candidatura apesar de extemporânea e, no uso das competências atrás enumeradas, conceder o apoio solicitado. -----

14. MARIA JOAQUINA HORTA CAEIRO. APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2017, do SASS, que se transcreve: -----

Dirigiu-se ao Serviço de Ação Social e Saúde a senhora Maria Joaquina Horta Caeiro, a comunicar que alterou os seus dados quanto à habitação permanente, houve uma mudança da mesma, a qual deixou de pagar renda mensal. Informei os serviços de contabilidade para cancelarem o apoio cedido em novembro de 60,00 €. -----

Na sequência da informação n.º 78, a requerente necessita do apoio para a renda, no mesmo valor, uma vez que a senhora Maria Joaquina, já não está ser beneficiada pelo mesmo, sendo assim dávamos lugar a uma permuta. -----

Face aos argumentos atrás expostos, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulados com o n.º 1 do art.º 14 do Regulamento Municipal para atribuição de apoios sociais, delibere sobre o assunto. -----

A Câmara, por unanimidade, face à alteração da situação relativamente ao pagamento de renda de habitação, comunicada aos serviços, deliberou cancelar o apoio que até aqui vinha a ser concedido possibilitando essa atribuição a outro munícipe que preencha os

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

requisitos necessários para poder beneficiar deste apoio. -----

15. HELENA ISABEL VICENTE SILVA TEIXEIRA. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA PAGAMENTO DE LUZ EM ATRASO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2017, do SASS, que se transcreve: -----

“Dirigiu-se ao Serviço de Ação Social e Saúde a Senhora Helena Teixeira, a solicitar um apoio para o pagamento de luz em atraso, em virtude da mesma poder ser cortada. O agregado familiar é constituído pela própria, de 36 anos e pelo seu filho, Nuno Semedo de 12 anos. -----

A Sr.ª Helena encontra-se desempregada a auferir subsídio de desemprego, no valor de 373,20€, despende de renda de casa 250,00€, sendo que não consegue fazer face às despesas correntes, nomeadamente as despesas com a luz de habitação. -----

Uma vez que este que este agregado se encontra numa situação de carência económica, torna-se imprescindível este apoio. -----

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. Face aos argumentos atrás exposto, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articuladas com o n.º1 do art.º 14º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, delibere sobre o assunto, atribuir 37,80€ para o pagamento da luz em atraso. -----

Tratando-se de uma situação urgente e excepcional e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente decidir favoravelmente, sendo o seu despacho sujeito a ratificação na próxima reunião de Câmara de 02 de Novembro de 2017, nos termos do n.º3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro na sua redacção actual. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que deferiu o pedido da requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos*

a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

16. JOSÉ VICENTE PETA PITEIRA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DA VERBA PAGA PELO LICENCIAMENTO DE OBRA NO PARQUE EMPRESARIAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara um pedido apresentado pelo Sr. José Vicente Peta Piteira, de restituição de verba pega pelo licenciamento de obra no Parque Empresarial. -----

De acordo com a Informação do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna resulta: -----

“Estabelece o artigo 15º do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque Empresarial Quinta da Graciosa que *“Beneficiam de isenção no pagamento das taxas urbanísticas devidas pela construção, as empresas que se deslocalizem da malha urbana do concelho de Cuba para o Parque Empresarial de Cuba”*. -----

Compulsado o processo de candidatura ao lote adquirido pelo requerente (vide Doc. 1), verifica-se ter ele, simultaneamente, declarado no ponto 8.2 *“Com sede social no concelho de Cuba que pretende deslocalizar ou instalar atividades para o/no Parque Empresarial Quinta da Graciosa – Cuba”* e *“Com sede social fora do concelho de Cuba que pretende instalar atividades no Parque Empresarial Quinta da Graciosa – Cuba, sem deslocalização da sede social”*, o que se nos suscitou dúvidas acerca da opção correta, motivo pelo qual foram solicitados esclarecimentos ao requerente. -----

Oportunamente, veio o requerente confirmar que: -----

- A sua empresa tem sede no concelho de Cuba, designadamente na Rua Dr. José Ernesto de Oliveira, nº 19; -----

- Dispõe de um espaço, situado na Rua do Carmo, nº 28, em Cuba, onde armazena os equipamentos e matérias-primas utilizados na sua atividade de construção de edifícios (CAE 41200); -----

- Pretende a deslocalização da sua empresa da malha urbana da vila de Cuba para o parque Empresarial. -----

Nesta conformidade, preenche o requerente o requisito constante do art.º 15.º do Regulamento Alienação de Lotes do Parque Empresarial Quinta da Graciosa, que lhe permite beneficiar da isenção de taxas urbanísticas. -----

Consequentemente, tendo o requerente pago indevidamente as taxas urbanísticas, devem, nos termos do disposto no nº 3 do art.º 20.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, *“Quando se verifique ter havido erro na cobrança por excesso, deverão os serviços,*

independentemente da reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais (...)"), os serviços promover a restituição da verba em questão. Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido de restituição.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

17. GNR DE CUBA. AUTO DE OCORRÊNCIA. ALOJAMENTO DE CANÍDEOS EM HABITAÇÃO SEM AS DEVIDAS CONDIÇÕES. -----

Foi-nos presente o Auto de Ocorrência nº 51/2017 do Posto Territorial de Cuba da Guarda Nacional Republicana, que se anexa à presente ata. -----

De acordo com a Informação do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna resulta: -----
"Estatui o nº 1 do art.º. 3º do DL 314/2003, de 17/12, que *"o alojamento de cães (...) em prédios urbanos (...), fica sempre condicionado à existência de boas condições do mesmo e ausência de riscos higio-sanitários relativamente à conspurcação ambiental e doenças transmissíveis ao homem"*, podendo, nesses prédios, ser alojados até 3 cães, exceto se a pedido do detentor, e mediante parecer vinculativo do médico veterinário municipal e do delegado de saúde, for autorizado o alojamento até 6 animais, desde que se verifiquem todos os requisitos higio-sanitários e de bem-estar animal legalmente exigidos (*vide* nº 2 do mesmo artigo). -----

Caso se verifique incumprimento das normas atrás referidas, as câmaras municipais podem, após vistoria conjunta do delegado de saúde e do médico veterinário, notificar o detentor para retirar os animais para o canil municipal no prazo que lhe for fixado, se aquele não optar por outro destino que reúna as condições legalmente exigidas (*vide* nº 5 do mesmo artigo). -----

Pelo exposto, somos a concluir que deve a Câmara Municipal determinar a realização de uma vistoria ao local, nos termos atrás enunciados. -----

Após a realização de vistoria ao local, e confirmando-se a inadequação das condições de alojamento dos animais, deve ser tal facto participado à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo para efeitos de instrução do devido processo de contraordenação,

conforme estatui a alínea c) do nº 3 do art.º 14º, conjugada com o nº 2 do art.º 16.º do supra citado diploma legal. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a realização de uma vistoria solicitando, para o efeito, a presença da GNR -----

18. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. POSSIBILIDADE DE TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FIM NÃO HABITACIONAL. -----

Vem a Srª. D. Vera Cristina Bonito Beiçudo, na qualidade de arrendatária do estabelecimento de bebidas/restauração denominado "Taberna do Arrufa", propriedade do Município de Cuba, solicitar a possibilidade de transmissão do referido arrendamento. -

O arrendamento em questão é um arrendamento para fim não habitacional. -----

De acordo com a Informação do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, resulta: -----

A possibilidade de transmissão da posição contratual do arrendatário num arrendamento para fins não habitacionais encontra-se prevista nos artigos 1109º (locação de estabelecimento) e 1112º (transmissão da posição do arrendatário) do Código Civil (doravante CC). -----

Estabelece o artº. 1109º do CC: "*1. A transferência temporária e onerosa do gozo de um prédio ou de parte dele, em conjunto com a exploração de um estabelecimento comercial ou industrial nele instalado, rege-se pelas regras da presente subsecção, com as necessárias adaptações.* -----

2. A transferência temporária e onerosa de estabelecimento instalado em local arrendado não carece de autorização do senhorio, mas deve ser-lhe comunicada no prazo de um mês.

Por seu turno, o artº. 1112º determina que: "*1. É permitida a transmissão por ato entre vivos da posição do arrendatário, sem dependência da autorização do senhorio:* -----

a) No caso de trespasse de estabelecimento comercial ou industrial; -----

b) A pessoa que no prédio arrendado continue a exercer a mesma profissão liberal, ou a sociedade profissional de objecto equivalente. -----

2. Não há trespasse: -----

a) Quando a transmissão não seja acompanhada de transferência, em conjunto, das instalações, utensílios, mercadorias ou outros elementos que integram o estabelecimento;

b) Quando a transmissão vise o exercício, no prédio, de outro ramo de comércio ou indústria ou, de um modo geral, a sua afetação a outro destino. -----

3. A transmissão deve ser celebrada por escrito e comunicada ao senhorio. -----

4. O senhorio tem direito de preferência no trespasse por venda ou dação em cumprimento, salvo convenção em contrário. -----

5. Quando, após a transmissão, seja dado outro destino ao prédio, ou o transmissário não continue o exercício da mesma profissão liberal, o senhorio pode resolver o contrato". -----

Verifica-se, assim, a possibilidade de transferência temporária e onerosa do estabelecimento, também denominada cessão de exploração, a qual deve ser comunicada ao senhorio. E de transferência definitiva, onerosa ou gratuita, o denominado trespasse, que não carece de autorização do senhorio, mas que lhe deve ser comunicada. Ambas estas formas de transmissão estão sujeitas a contrato escrito, o trespasse por efeito do disposto no nº 3 do artº. 1112º, e a locação de estabelecimento por efeito da conjugação do disposto no nº 1 do artº. 1109º com o nº 3 do artº. 1112º. -----

Face ao exposto, pode a requerente efetuar a transmissão do estabelecimento, desde que o faça ao abrigo do artº. 1109º ou do artº. 1112º do CC. -----

Não sendo feita a transmissão nos termos atrás exarados, a única hipótese será a cessação do contrato de arrendamento por acordo das partes, nos termos do art.º 1082.º do CC, e a posterior celebração de novo contrato de arrendamento em nome de Pedro Tiago de Sousa Guerra, caso a Câmara Municipal entenda que tal deve ser feito e não opte por lançar novo concurso para celebração de novo contrato de arrendamento. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou aceitar que a requerente efetue a transmissão do estabelecimento ao abrigo do art.º 1109º, ou do artº. 1112.º do CC, devendo a mesma entregar a documentação adequada ao senhorio. -----

19. JOSÉ ANTÓNIO CAEIRO SANCHO. ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA. -----

Solicita o Sr. José António Caeiro Sancho a atribuição de n.º de polícia ao lote n.º 3 do Loteamento das Courelas da Igreja, presentemente com a denominação Rua Professor Augusto Mascarenhas Barreto, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 153/2017, do Serviço de Urbanismo, deliberou atribuir ao prédio o n.º 3 de polícia-----

20. SUSANA ISABEL LANDUM LAMEIRA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESPLANADA. -----

Vem a requerente solicitar autorização para instalação de uma esplanada fechada em frente ao seu estabelecimento de bebidas localizado na Estrada da Circunvalação em Cuba;

1. Do ponto de vista do enquadramento prévio em Plano de Urbanização (PUC) vigente, informamos que o estabelecimento se localiza em área urbana consolidada, contíguo a *eixo arborizado proposto*, nos termos do PUC; -----
2. Para esse efeito o artigo 67.º em articulação com o artigo 81.º do regulamento, dispõe que nesses espaços *se potencia a presença de elementos naturais e que devem ser mantidos e equipados para usos e funções compatíveis, não sendo permitida a sua desafecção para outras finalidades*. Nos eixos arborizados propostos, que é o caso, os espaços públicos deverão ser complementados com arborização, em função do perfil transversal e das condições existentes. -----
3. O arruamento em causa, que já possui arborização nalgumas áreas, deverá pois ser objecto de estudo, onde se privilegie a colocação de espécies que não sejam de copa baixa para permitir a livre circulação de pessoas e o incremento de espaços de sombra susceptíveis de estadia ou de lazer informal, em respeito pelas normas técnicas de melhoria da mobilidade condicionada, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2006 de 8 de Agosto. -----
4. Nos termos do exposto, e ainda para efeitos de aplicação do artigo 17.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público, sugere-se o indeferimento da pretensão, devendo a título excepcional, manter-se a esplanada aberta licenciada, que deve assegurar um corredor mínimo de circulação no passeio, destinado a pessoas de mobilidade condicionada, e que não será inferior a 1,20m a contar do limite exterior. ---

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação técnica, deliberou indeferir o pedido da requerente, autorizando contudo, o funcionamento da esplanada aberta que se encontra licenciada.-----

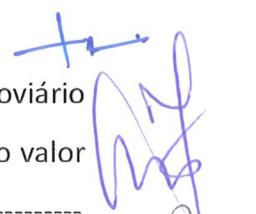


21. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE CUBA. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTº 49º DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. -----

Em cumprimento do disposto no nº 4, conjugado com o nº 12, ambos do artº 49º do Orçamento de Estado para 2017, comunicam-se os contratos de prestação de serviços celebrados pelo Município de Cuba, e que são os seguintes: -----

- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de desobstrução e limpeza do coletor de águas residuais de Faro do Alentejo, adjudicado a Alentélimpa – Limpeza de Fossas e Esgotos, Lda, pelo valor de € 745,00; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Nce" and "Jaw".

- Ajuste direto em regime simplificado para prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros – Protocolo/Vinhetas, adjudicado à Rodoviária do Alentejo, S.A., pelo valor de € 314,73; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (5 refeições – almoço convívio Amigos da Cuba, por ocasião da Feira Anual), adjudicado a Pedro Miguel Rolim Guerreiro, pelo valor de € 894,50; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de correio – Avença, durante o mês de setembro de 2017, adjudicado a CTT Correios de Portugal, S.A., pelo preço de € 642,93;
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 49-FC-04, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 155,85; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 05-49-VA, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 54,85; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 34-60-VP, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 56,35; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 26-26-PA, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 35,95; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 34-13-UQ, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 40,50; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (almoços), adjudicado a Vera Cristina Bonito Beiçudo, pelo valor de € 20,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Vera Cristina Bonito Beiçudo, pelo valor de € 122,65; -----


Dez



- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições Grupo Bafos de Baco, por ocasião da feira anual), adjudicado a Tertúlia dos Forcados Amadores de Cuba, pelo valor de € 120,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições Grupo Coral da Vidigueira, por ocasião da feira anual), adjudicado a Associação Cultural e Desportiva “Luzerna”, pelo valor de € 120,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições Grupo Moças da Aldeia Boavista, por ocasião da feira anual), adjudicado a Grupo Coral de S. Luís de Faro do Alentejo, pelo valor de € 120,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições Grupo Moços d’ Aldeia Cabeça Gorda, por ocasião da feira anual), adjudicado ao Clube de Patinagem Artística de Cuba, pelo valor de € 120,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços artísticos do Grupo Musical Corda Solta, por ocasião da feira anual, adjudicado ao músico Diogo Emanuel das Dores Soudo, pelo valor de € 100,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços artísticos do Grupo Musical Corda Solta, por ocasião da feira anual, adjudicado ao músico Gonçalo Almeida Vieira, pelo valor de € 100,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços artísticos do Grupo Musical Corda Solta, por ocasião da feira anual, adjudicado ao músico Miguel Torradinhas Militão, pelo valor de € 100,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços artísticos do Grupo Musical Corda Solta, por ocasião da feira anual, adjudicado ao músico Paulo Alexandre Grilo Soudo, pelo valor de € 100,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços artísticos do Grupo Musical Corda Solta, por ocasião da feira anual, adjudicado ao músico Tiago Filipe David Viegas, pelo valor de € 100,00; -----
- Prestação de serviços de limpeza de fossas, adjudicado à AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, pelo valor de € 87,00; -----
- Prestação de serviços de alojamento e alimentação de canídeos, relativos ao 1º semestre de 2017, adjudicado à Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM, pelo valor de € 1.642,27; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Vila Alva para as Festas desta localidade – Quadro 1, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Vila Alva para as Festas desta localidade – Quadro 2, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Vila Albergaria dos Fusos para as Festas desta localidade, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 48,25; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Vera Cristina Bonito Beiçudo, pelo valor de € 23,25; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de certificação SSL/TLS (certificados de ligação segura) do site do Município, pelo período de 1 ano, adjudicado a AlmouroITEC, Lda, pelo valor de 35,77; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de correio – Avença, durante o mês de agosto de 2017, adjudicado a CTT Correios de Portugal, S.A., pelo preço de € 1.050,18;
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de Correio Contacto, durante o mês de agosto de 2017, adjudicado a CTT Correios de Portugal, S.A., pelo preço de € 251,38; ----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 34-60-VP, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 135,65; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 05-49-VA, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 4,85; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 69-BX-39, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 25,69; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- automóveis, relativo ao veículo matrícula 26-26-PA, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 35,95; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de gestão de sistemas eletrónicos de cobrança por utilização de infraestruturas rodoviárias e de outras utilizadas por veículos automóveis, relativo ao veículo matrícula 34-13-UQ, adjudicado à Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A., pelo valor de € 30,30; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de emissão de guia de bovinos destinados a corrida de toiros, adjudicado à ACOS – Associação de Criadores de Ovinos do Sul, pelo valor de € 16,50; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de lavandaria, adjudicado a Centro de Paralisia Cerebral de Beja, pelo valor de € 17,07; -----
- Concurso Público nº 02/15 para Prestação de Serviços de *Renting* de Equipamento Multifunções e *Outsourcing* de Cópias e Impressão, adjudicado a MEGASOFT – Equipamentos Informáticos, Lda, pagamento de cópias relativas ao mês de Agosto de 2017, no valor de € 142,23; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de eletricidade em Cuba para a Feira Anual, adjudicado a EDP – Serviço Universal, pelo valor de € 96,50; -----
- Ajuste direto em regime simplificado para prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros – Protocolo/Vinhetas, Setembro de 2017, adjudicado à Rodoviária do Alentejo, S.A., pelo valor de € 3.408,54; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 143,90; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 209,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 120,90; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 88,20; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 69,90; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 238,00; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Ana Gertrudes Leão Serol Soudo, pelo valor de € 196,20; -----
- Ajuste Direto nº 28/14 para Prestação de Serviços de *Renting* de Equipamento Multifunções e *Outsourcing* de Cópias e Impressão, adjudicado a J.V. – Comércio de Equipamentos e Serviços, Lda, pagamento de 48.851 cópias a cores, no valor de € 3.106,92; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (lanche), adjudicado a Julião Augusto Carapuça Batista, pelo valor de € 14,70; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições), adjudicado a Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, pelo valor de € 123,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (almoço), por ocasião da Semana Sénior/2017, adjudicado a Adega da Marina – Actividades Hoteleiras, Lda, pelo valor de € 1.839,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (almoços), por ocasião da Semana Sénior/2017, adjudicado a Adega da Marina – Actividades Hoteleiras, Lda, pelo valor de € 135,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração (refeições aos trabalhadores da CMC), por ocasião da Feira Anual/2017, adjudicado a Tertúlia do Grupo de Forcados Amadores de Cuba, pelo valor de € 61,50; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços – Conferência sobre Sociologia - , adjudicado a Ana Raquel Ganhão das Dores Soudo, pelo valor de € 750,00; -----
- Ajuste direto simplificado para prestação de serviços de restauração, por ocasião da Feira Anual/2017, adjudicado a Duarte Nuno Damásio Piolety Sezões, pelo valor de € 146,34; -----
- Concurso Público nº 02/15 para Prestação de Serviços de *Renting* de Equipamento Multifunções e *Outsourcing* de Cópias e Impressão, adjudicado a MEGASOFT – Equipamentos Informáticos, Lda, pagamento de cópias relativas ao mês de setembro de 2017, no valor de € 191,20; -----
- Prestação de serviços de tratamento de outros resíduos urbanos e equipamentos, adjudicado à AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, pelo valor de € 6.788,93; -----
- Prestação de serviços de limpeza de fossas, adjudicado à AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, pelo valor de € 261,00; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

- Ajuste direto simplificado de prestação de serviços de certificação de instalações elétricas
- Rua Egas Moniz, em Cuba, adjudicado à CERTIEL – Associação de Certificação de Instalações Eléctricas, pelo valor de € 51,23: -----

- Ajuste direto em regime simplificado para prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros – Protocolo/Vinhetas, outubro de 2017, adjudicado à Rodoviária do Alentejo, S.A., pelo valor de € 3.774.67; -----

O Sr. Vereador Luís Barriga perguntou a que período se reporta a presente informação.

Foi respondido pelo Chefe da UAJDCS que o período se reporta à data da elaboração da informação. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga pediu para que a informação seja mais pormenorizada discriminando o serviço e a data em que o mesmo foi prestado. Agradecia que a Câmara lhe fizesse chegar informação detalhada de alguns ajustes. -----

O Sr. Presidente respondeu a alguns e informou que trará a informação relativamente a outros. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga, relativamente à semana Sénior manifestou o seu desagrado pela realização da actividade levada a cabo em plena campanha eleitoral. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que desde que este executivo tomou posse, sempre foi na última semana de setembro, que se comemorou a semana sénior pelo que não faria sentido não a realizar este ano. O Custo da actual semana sénior não chega a um quinto das viagens de barco ou de avião que eram feitas pelo Partido Socialista. Isso sim é que era aproveitamento político. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que só se pronuncia sobre as coisas presentes. -----

O Sr. Presidente da Câmara, respondeu parafraseando algumas pessoas do concelho com responsabilidades políticas e eleitos locais: “não podemos apagar 16 anos de gestão do Partido Socialista no Concelho de Cuba”. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

22. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA LUZERNA. PEDIDO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação 34/2017, do Serviço de Ação Desportiva enquadrando

o pedido em título: -----

Relativamente à informação rececionada a 21 de Setembro de 2017, venho por este meio informar que a Secção de Natação da Associação Cultural e Desportiva Luzerna solicita a utilização da piscina Coberta nos meses de Outubro a Maio.

De acordo com as classes mencionadas a associação solicita a utilização da piscina coberta nos seguintes horários: Adaptação ao meio aquático, iniciação aos estilos e Pré - competição, 4ª e 6ª feira, das 17:45 às 19:45 e sábado no período das 10:30h às 12:30h natação para bebés (como ocorreu na época transata).

Mais informo que não vislumbro qualquer inconveniente no que respeita ao enquadramento técnico e ao interesse do município, contudo importa referir que em todas as situações devemos manter um pista reservada aos munícipes que queiram utilizar o respetivo espaço na hora em que decorram as aulas.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder a Piscina Coberta para o período solicitado salvaguardando, de acordo com a informação, a necessidade de manter um espaço para os restantes munícipes que a pretendam utilizar em altura de aulas. Relativamente aos preços praticados mantém-se em vigor os aplicados no ano transacto. -----

23. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO SEU PRESIDENTE. REFORÇO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS E DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE GESTÃO OPERACIONAL CORRENTE. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 18/2017, do Chefe da UAJDCS, enquadrando a proposta em título da seguinte forma: -----

A exemplo de metodologia já proposta em executivos anteriores, julgamos oportuno para o quadriénio 2017/2021 que o órgão Executivo equacione a possibilidade de proceder a algumas delegações de competências das suas matérias próprias no Presidente da Câmara, por forma a reforçar a eficiência dos serviços, desburocratizar alguns procedimentos e assim prestar um melhor serviço aos munícipes. -----

A metodologia que em baixo melhor se apresentará surge em resposta a recomendação do legislador que no diploma que regula as Medidas de Modernização Administrativa, o Dec. Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na redação da Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, no que concerne à simplificação de procedimentos, enuncia o seguinte no art.º 27.º: -----

Simplificação de procedimentos

Artigo 27.º

Delegação e subdelegação de competências

Todos os serviços adoptarão, nos termos legais aplicáveis, mecanismos de delegação e subdelegação de competências que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada. -----

Aqui chegados importa conhecer um pouco melhor o Instituto Jurídico da Delegação de Competências, e para tal será oportuno apreender o teor do art.º 44.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que regula esta matéria. -----

Da delegação de poderes

Artigo 44.º

Delegação de poderes

1 — Os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um ato de delegação de poderes, que outro órgão ou agente da mesma pessoa coletiva ou outro órgão de diferente pessoa coletiva pratique atos administrativos sobre a mesma matéria. -----

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se agente aquele que, a qualquer título, exerça funções públicas ao serviço da pessoa coletiva, em regime de subordinação jurídica. -----

3 — Mediante um ato de delegação de poderes, os órgãos competentes para decidir em determinada matéria podem sempre permitir que o seu imediato inferior hierárquico, adjunto ou substituto pratiquem atos de administração ordinária nessa matéria. -----

4 — O disposto no número anterior vale igualmente para a delegação de poderes dos órgãos colegiais nos respetivos presidentes, salvo havendo lei de habilitação específica que estabeleça uma particular repartição de competências entre os diversos órgãos. -----

5 — Os atos praticados ao abrigo de delegação ou subdelegação de poderes valem como se tivessem sido praticados pelo delegante ou subdelegante. -----

Ora, daqui resulta que a delegação de competências consiste num instrumento de desconcentração administrativa, isto é, apresenta a possibilidade de dentro da mesma pessoa coletiva transferirem-se temporariamente para outro órgão dessa mesma pessoa coletiva um conjunto de poderes para a prática de atos que fazem parte da atribuição dessa pessoa coletiva. -----

Em súmula, deverá existir uma entidade delegante – Câmara Municipal, uma entidade

delegada – Presidente da Câmara e uma lei habilitante, ou seja, só será possível existir delegação de competências se o legislador expressamente prever essa possibilidade. -----

Neste contexto ao ser publicada a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que veio aprovar o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagraram-se no artigo 33.º as competências materiais da Câmara e no artigo 39.º as competências de funcionamento desse mesmo órgão. -----

Dando cumprimento ao princípio da desburocratização em cima enunciado, o legislador legitimou o órgão executivo a delegar várias das suas competências próprias no Presidente da Câmara, tendo estipulado no art.º 34.º o seguinte: -----

Artigo 34.º

Delegação de competências no presidente da câmara municipal

1 — A câmara municipal pode delegar as suas competências no respetivo presidente, com exceção das previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do n.º 1 do artigo anterior e na alínea a) do artigo 39.º, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos vereadores. -----

2 — Das decisões tomadas pelo presidente da câmara municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa. -----

3 — O recurso para a câmara municipal pode ter por fundamento a ilegalidade ou inconveniência da decisão e é apreciado no prazo máximo de 30 dias. -----

Para a situação sub judice, visando desburocratizar processos e centrar a ordem de trabalhos da reunião de Câmara em assuntos de relevante interesse para gestão municipal, atenta a competência material própria da Câmara Municipal consignada na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina que cabe àquele órgão: -----

“Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;” -----

Por outro lado, atento também o Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, designadamente a matéria relacionada com os apoios não financeiros onde está estipulado o seguinte: -----

Apoios não financeiros

Artigo 15.º

Requisitos para a atribuição

1 — As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios não financeiros para o desenvolvimento dos seus projectos ou actividades, ficam sujeitos ao disposto nos artigos 4.º a 14.º do presente Regulamento, sem prejuízo da excepção prevista no artigo seguinte.

2 — Para efeito do disposto no artigo 14.º do presente Regulamento, e sempre que a natureza do apoio o exija, devem constar do clausulado do contrato-programa normas relativas à manutenção, conservação e gestão do bem cedido pelo Município. -----

3 — Não pode ser atribuído um apoio não financeiro quando a forma de assegurar o mesmo resulte para o Município encargos financeiros, através de contratação de serviços a terceiros. -----

4 — Salvo situações excepcionais devidamente fundamentadas, os bens cedidos serão levantados e entregues pelos interessados nos Estaleiros Municipais, sendo prestada uma caução de € 50 (cinquenta euros), a qual será devolvida após a entrega dos mesmos.

5 — Caso ocorram danos nesses bens fica o interessado obrigado a efectuar a restituição por sucedâneo ou equivalente pecuniário. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, bem como o art.º 15.º do Regulamento municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, delegar no Presidente da Câmara, com possibilidade de este subdelegar nos vereadores, os poderes bastantes e necessários para ceder instalações e equipamentos às entidades singulares ou colectivas que o venham requerer, desde que as mesmas cumpram os requisitos previstos no Regulamento em cima enunciado. -----

2.º - Determinar que, trimestralmente deverá ser remetido relatório à Câmara a dar conhecimento dos apoios concedidos no trimestre anterior. -----

2.1.º - Esse Relatório deverá ser dividido em 2 capítulos, um destinado à cedência de bens imóveis a elaborar pela Assistente Técnica – Ivone Janeiro, ou outra pessoa que o Sr. Presidente entenda designar para o efeito, e outro à cedência de bens móveis a elaborar pela Assistente Técnica – Marina Batista, ou outra pessoa que o Sr. Presidente entenda designar para o efeito. -----

24. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO DURANTE O ANO DE 2018. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 95/2017, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve: --
"À semelhança do que acontece anualmente, estamos em momento oportuno para lançar o procedimento destinado ao fornecimento de gasóleo rodoviário durante o ano de 2018 para a frota de viaturas do Município. -----

Para o ano de 2018 pretende-se o fornecimento faseado de 120.000 litros de gasóleo rodoviário, sendo fixado o preço base do procedimento a abrir em € 158.280,00 (cento e cinquenta e oito duzentos e oitenta euros), a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. ----

Consequentemente, atendendo ao valor do procedimento a abrir a entidade competente para autorizar a despesa e escolher o procedimento a adotar é a Câmara Municipal, conforme resulta da conjugação do disposto nos artigos 18º, nº 1, alínea b), do Decreto-lei nº 197/99, de 6 de Junho, aplicável por força do artº. 14º, nº 1, alínea f) do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e 36º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Atendendo a que o Município de Cuba aderiu à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL, assim como à existência do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, o qual permite a adoção de um procedimento mais célere e simplificado (o ajuste direto), uma vez que já foram previamente escolhidas as entidades a consultar (na medida em que a fase de qualificação dos fornecedores foi já assegurada pela CIMBAL) e já se encontram fixadas as condições mínimas mais vantajosas que elas têm a oferecer, propõe-se que se opte, nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artº. 26º do CCP, pela escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos do disposto no nº 1 do artº. 258º. -----

Atendendo a que o procedimento atrás indicado é, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº. 40º do C.C.P., constituído pelas peças Convite e Caderno de Encargos, que se anexam, propõe-se a sua aprovação. -----

Ao abrigo do disposto no artº 259.º do CCP, devem ser consultados os cocontratantes do Acordo Quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, o qual incide sobre o Lote 2 – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel, e que são os seguintes: -----

- 1) Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.; -----
- 2) Repsol Portuguesa, S. A.; -----

3) Petroibérica – Soc. Petróleos Ibero Latinos, S. A. -----

Mais proponho que, ao abrigo do disposto no nº 1 do artº. 67º do CCP, o Júri do procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe interino da UAJDSCS; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior. -----

Vogais suplentes: Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior. -----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

E que, ao abrigo do nº 2 do artº 69º do CCP, sejam delegadas no Júri as seguintes competências: -----

a) Prestação de esclarecimentos e retificações de erros e omissões das peças do procedimento (artº 50º do CCP); -----

b) Decisão de prorrogação de prazos (artºs 64º e 133º do CCP); -----

c) Decisão acerca de erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados (artº 61º do CCP). -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Vice-Presidente, em substituição do seu presidente, conforme determina o nº 3 do artº. 57º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11/01, no uso da competência a que se refere a alínea o) do nº 1 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para deliberação do órgão executivo na sua próxima reunião. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta constante na presente informação. -----

25. PAA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA ALENTEJANA, SA. ENQUADRAMENTO EM PDM DE ARRANQUE DE OLIVEIRAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE OLIVAL DE REGADIO. PRÉDIO 2-C, VILA RUIVA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras no prédio acima identificado, para implementação de olival de regadio; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se que a generalidade do prédio se insere em Áreas com Aptidão Agrícola

Dominante, Área Silvo-pastoril Dominante e na Rede de Proteção e Valorização Ambiental;
De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência
com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na globalidade dos prédios, e de REN
(Reserva Ecológica Nacional) -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

1. Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da
legislação específica, a ação é enquadrada pelo art.º 86º do regulamento do PDM e pelo
Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3, que estabelece o novo regime da RAN, havendo para o
efeito necessidade de obter a respetiva autorização junto da Direção Regional de
Agricultura, nos termos do Dec-Lei n.º 120/86, de 28 de maio. -----

2. Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico,
atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 setembro, com as alterações do
Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro, que estabelece que nas áreas incluídas na
REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações
de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias
de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os
usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental
e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se
compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que
cumulativamente: -----

*Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; -----
Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos
artigos seguintes, como: -----*

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

3. Nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para
os solos de REN, julgamos ser conveniente a auscultação daquela, para clarificar se a ação
pretendida estará sujeita a eventual licença, comunicação prévia ou isenta de
procedimentos. -----

4. Salvar o disposto no ponto 8 da informação relativamente à possibilidade de se
encontrarem, no local, achados arqueológicos. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

26. PRAZERES RITA CABAÇA PIRES DE MATOS. ENQUADRAMENTO EM PDM DE ARRANQUE DE OLIVEIRAS PARA PLANTAÇÃO DE VINHA. ART.º 24-A E 866-E, VILA ALVA

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras nos prédios acima identificados; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante, e na Rede de Proteção e valorização Ambiental*. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional). -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 010-07/2017, do Gabinete Técnico, deliberou certificar que a ação pretendida não contraria o disposto no PDM, devendo, contudo, o requerente, diligenciar junto da Direcção Regional de Agricultura, a obtenção da respectiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio. Mais delibera a Câmara salvaguardar o disposto no ponto 6 da informação relativamente à possibilidade de se encontrarem achados arqueológicos. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

27. PAULA ALEXANDRA B. GOULÃO. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA. REG.º 106/2017.

A Câmara, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 17.º do RJUE, e face à pronúncia da CCDRA sobre a isenção de comunicação prévia por parte daquela entidade, deliberou aprovar o presente pedido de informação prévia. -----

28. EDUARDO JORGE MARTINS COVEIRO. PROCESSO N.º 28/2017. -----

RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 37, EM CUBA. -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra em título. -----

A Câmara, por maioria, tendo-se ausentado o Vereador Luís Barriga, face ao grau de afinidade com o requerente, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

29. JANEIRO & ROSÁRIO, LDA. PROCESSO N.º 26/2017. -----

CONSTRUÇÃO DE 2 MORADIAS. RUA DO CARMO, N.º 63, EM CUBA. -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

30. RUI JOSÉ ALGARVIO. PROCESSO N.º 23/2017. -----

CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM. RUA DA LIBERDADE, N.º 15, EM VILA ALVA -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 6 meses o prazo para conclusão dos trabalhos de acordo com a calendarização apresentada. -----

31. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação /2017, dos Serviços Financeiros enquadrando de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 setembro a situação financeira do município que se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 218.074,13 à data de 30/09/2017; -----

- Os pagamentos efetuados à data de 30/09/2017 possuem o valor de €3.629.066,54, para Despesas Correntes e €1.450.073,50 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 74,82 % no que diz respeito a despesa corrente e 48,42% a despesa de capital; -----

- As receitas cobradas pelo Município à data de 30/09/2017 ascendem a €3.534.419,63, no que diz respeito à receita corrente, €1.265.518,65 receita de capital e €2.372,82 em reposições não abatidas aos pagamentos. A receita apresenta um grau de execução de 72,61% relativamente à receita corrente e 49,02% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €165.620,77; -----

- O saldo de execução orçamental à data de 30/09/2017 é de €168.625,67; -----

- A cabimentação atingiu à data 98,55% no que diz respeito a despesa corrente e 83,56%, no que diz respeito à despesa de capital; -----

- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 4.649.007,83 e em despesa de capital €2.347.670,14 e representam relativamente ao orçamento corrigido 95,84% e 78,40% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €2.766.191,96, sendo: -----

€ 1.221.659,46 - Despesa corrente -----

€ 1.544.532,50- Despesa capital -----

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.620.645,90; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 30/09/2017 ascende a € 461.851,42, sendo: -----

Despesa corrente : €247.874,53 -----

Despesa capital : €192.359,14 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 setembro: -----

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". -----

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. ---

Limite da dívida total para 2017: -----

Limite da dívida total 2017(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) : -----

Receita corrente líquida 2014	Receita corrente líquida 2015	Receita corrente líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.224.971,97	4.251.857,42	4.681.638,84	13.158.468,23	4.386.156,08

Limite da dívida total: €6.579.234,12 -----

Situação do Município em 01-01-2017 : -----

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.482.412,33	39.293,17	2.521.705,50	224.016,82	2.297.688,68

Situação do Município em 01-01-2017 :€2.258.395,51 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2017: € 2.297.688,68 -----

Situação do Município (de forma isolada) em 30-09-2017:€2.596.590,08 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 30-09-2017:€2.632.801,93 -----

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMBAAL (participação de 3,41%):€18.281,77 -----

AMCAL (participação de 22,05%): €8.499,38; -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€240,86; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €9.189,84; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€ 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de crescimento, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta.

Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: € 447.769,96, tendo sido absorvidos até final do mês de € 447.731,38. -----

Equilíbrio Orçamental: -----

De acordo com o enumerado no nº 2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”. -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de
desequilíbrio: -----

Receita corrente bruta : € 3.534.419,63 -----

Amortização média anual: €267.033,61 -----

Despesa corrente paga: € 3.629.066,54 -----

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos. -----

€ 3.534.419,63 «= € 3.629.066,54+€ 267.033,61 -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2017. Deve ser analisada esta situação e adoptadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de € 9.046,75. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos; -----

- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----

- No que diz respeito à dívida total verifica-se um aumento da dívida em 14,97% (dívida individual) e 14,58% (dívida conjunta); -----

- Não existem pagamentos em atraso;

- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento. O Sr. Vereador Luís Barriga perguntou de que forma é que o Executivo está a pensar cumprir a regra do equilíbrio orçamental.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que sempre esta regra, no final de cada ano, foi cumprida. Espera também que este ano, apesar das dificuldades, assim aconteça.

O Sr. Vereador Luís Barriga referiu também o aumento das dívidas por cobrar.

O Sr. Presidente da Câmara disse que se trata essencialmente de dívidas de cobrança de água e habitação social, situação para a qual está a ser feito um levantamento e será posteriormente objecto de estudo para resolução.

A Câmara tomou conhecimento. -----

32. ALTERAÇÃO N.º 9 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2017". -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 62/2017, dos Serviços Financeiros enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec. Lei nº54-A/ 99, a alteração n.º 9 ao Orçamento e GOP's de 2017. -----

Na alteração n.º9 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com aquisição de material de transporte-peças, limpeza e higiene, material de escritório, locação de outros bens, alimentação-géneros para confeccionar, vestuário e artigos pessoais, ferramentas e utensílios, conservação de bens, locação de material de transporte, transportes, outros bens e serviços. As despesas com o pessoal sofreram alguns ajustamentos relacionados com remunerações, subsídios, encargos com a saúde, caixa geral de aposentações, horas extraordinárias, remunerações por doença. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2002/1 ações 9 e 10- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a aquisição de um computador e respetivo software e licenças; -----

01 111 2002/3- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a aquisição de um telemóvel; -----

02 252 2002/53 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de bombas para as piscinas cobertas; -----

03 331 2002/60 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com trabalhos a mais; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos: ----

02 211 2004/5003 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de materiais para o ATL; -----

02 232 2014/5002 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com apoio concedido, cuja dotação era insuficiente para fazer face a novos apoios ; -----

02 232 2015/5001 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a retificação da classificação relativa a refeições da semana sénior ; -----

02 251 2015/5004 ação2 - O reforço ocorreu para fazer face a futuros compromissos relacionados com um adicional ao aluguer de som e luz do palco da feira leader; -----

03 341 2002/5050 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face a retificação da classificação relativa à transferência p/ o sporting clube de Cuba por ocasião da feira anual ; -----

04 410 2002/5055- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 9 ao Orçamento e GOP's para 2017. -----

33. PROPOSTA PARA APANHADA AZEITONA PROVENIENTE DAS OLIVEIRAS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 91/2017, do SAJAI, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente a proposta apresentada pelo Sr. José António Mourata Serrano para apanha das azeitonas provenientes das oliveiras propriedade do Município de Cuba, pelo valor total de € 100. -----

Verifica-se que, à semelhança de anos anteriores, as oliveiras existentes nos prédios propriedade do Município na zona envolvente do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, em Cuba, estão carregadas de azeitonas. -----

Sendo este um fruto tradicional e relevante do Alentejo e base do seu tão afamado azeite, torna-se conveniente não deixar que tal bem se perca. -----

Quid júris? -----

De harmonia com o disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 204º do Código Civil, “*são coisas imóveis (...) os frutos naturais (...) enquanto estiverem ligados ao solo*”. -----

Nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “*adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG*”, ou seja, até € 530.000,00. -----

Compulsados os pedidos anteriormente apresentados sobre a apanha de azeitonas propriedade do Município, verifica-se que nos anos de 2011 e 2013 foi autorizada a sua alienação direta aos requerentes, mas em 2016 optou-se por se lançar um concurso público, na expectativa de aparecerem vários interessados, o que não se verificou, tendo o procedimento ficado deserto. -----

Nesta conformidade, cabe ao órgão executivo, no âmbito das suas competências, deliberar sobre a pretensão do requerente, deferindo-a ou optando pela abertura de concurso público para o efeito. -----

Porém, atendendo ao facto de que, até à tomada de posse dos novos órgãos municipais, nos encontramos em período de gestão limitada, conforme determinado pela Lei nº 47/2005, de 29 de Agosto, e porque o ato em questão – alienação de bens móveis – não é um ato de gestão corrente nem inadiável (salvo se com a demora pudesse existir algum perigo em termos de deterioração ou perda desses bens), conforme estatuído no art.º 2.º daquela lei, o presente assunto só poderá ser objeto de deliberação na 1ª reunião do novo órgão executivo.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à abertura de concurso público para o efeito, cujo prazo decorrerá até às 17,30 horas do dia 6 de novembro, estipulando o preço base em € 100,00. -----

34. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CUBA NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMCAL. -----

Foi-nos presente para análise hoje, dia 30 de outubro, o Edital e a Convocatória da Assembleia Intermunicipal da AMCAL que terá lugar dia 07 de novembro, pelas 14h30m.

Quid Juris ? -----

A AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central é uma associação de municípios de fins específicos em conformidade com o art.º 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Em sintonia com os Estatutos da AMCAL, cuja cópia remetemos em anexo à presente informação, um dos órgãos da mesma é a Assembleia Intermunicipal, cuja composição é constituída pelos Presidentes de Câmara de cada um dos municípios associados (Cuba, Alvito, Vidigueira, Viana do Alentejo e Portel) e ainda por um vereador de cada um desses municípios. -----

Termos em que, -----

ao abrigo do disposto na alínea oo) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal designar esse seu representante, conforme se poderá atestar no articulado da norma: -----

Câmara municipal

Artigo 33.º

Competências materiais

...



oo) Designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local; --

Acontece porém que a reunião da Assembleia Intermunicipal terá lugar no dia 07 de novembro e a próxima reunião de câmara ocorrerá apenas a 08 de novembro. -----

Face ao atrás exposto, sou a concluir: -----

Propõe o Sr. Presidente designar o Vice-Presidente, Sr. Francisco Xavier Candeias Fitas para integrar a Assembleia Intermunicipal da AMCAL. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou designar o Vice-Presidente Sr. Francisco Xavier Candeias Fitas, para integrar a Assembleia Intermunicipal da AMCAL. -----


Noa
Reilo


Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13,10 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador técnico,

